

# Desafios metodológicos nos estudos sobre coligações eleitorais: Novos e velhos caminhos de uma agenda de pesquisa

## Methodological challenges in studies of electoral coalitions: New and old ways of a research agenda

*Josimar Gonçalves da Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os estudos sobre coligações eleitorais têm utilizado de forma bastante crescente a metodologia quantitativa na busca por respostas das questões que envolvem e que motivam a realização de alianças eleitorais e a eficácia do resultado das eleições. O presente trabalho tem como objetivo contribuir com a discussão sobre coligações eleitorais, avaliando os recursos metodológicos utilizados nessa agenda de pesquisa e propondo novos recursos metodológicos, que venham a ser utilizados como recursos complementares. Pretende-se também defender a técnica da análise do discurso, pois com essa metodologia alternativa é possível analisar os “discursos” dos líderes partidários nos meios de comunicação, nas convenções partidárias, em atas de reuniões e através de entrevistas abertas. Para além da análise estatística dos dados, a utilização desses novos recursos metodológicos complementares permitem observar também as questões que levaram a formalização das coligações eleitorais na disputa dos pleitos eleitorais.

**Palavras-chave:** Coligações Eleitorais; Partidos Políticos; Metodologia.

**Abstract:** Studies of electoral coalitions have used quite increasingly quantitative methodology in the search for answers to questions that involve and motivate the achievement of electoral alliances and the effectiveness of the election result. This paper aims to contribute to the discussion on electoral coalitions, assessing the methodological tools used in this research agenda and proposing new methodological resources that may be used as complementary features. We also

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás – UFG (2010). Atualmente é bolsista Capes do mestrado em Ciência Política no Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: [josimar.cs@hotmail.com](mailto:josimar.cs@hotmail.com).

intend to defend the technique of discourse analysis, because with this alternative methodology can analyze the "discourse" of party leaders in the media, in caucuses, in minutes of meetings and through open interviews. Besides the statistical data analysis, the use of these new features allow complementary methodological also observe the issues that led to the formalization of electoral coalitions in contention of elections.

**Keywords:** Electoral Coalitions; Political Parties; Methodology.

## 1. Introdução

A Ciência Política no Brasil tem dedicado atenção especial para o estudo da institucionalização e nacionalização do quadro partidário brasileiro, principalmente, após a redemocratização. Diversos estudiosos utilizam variados argumentos e metodologias para analisar o funcionamento correto ou a fragilidade das legendas partidárias brasileiras e do sistema partidário do Brasil. Os estudos sobre coligações eleitorais têm utilizado forma bastante crescente a metodologia quantitativa na busca por respostas das questões que envolvem e que motivam a realização de alianças eleitorais e a eficácia do resultado das eleições.

As investigações sobre a dimensão do papel da ideologia na orientação da formação das alianças entre os partidos e também o poder de tomada de decisão dos eleitores quanto a esses acordos são algumas barreiras que a metodologia quantitativa apresenta. Um complemento a essa metodologia usualmente considerada nessa agenda de pesquisa seria talvez considerar a quantidade e o tamanho dos partidos políticos dentro de uma coligação com vistas a ter um melhor entendimento da lógica que direciona as decisões sobre a formação de determinadas coligações. Com a intenção de analisar o conjunto de coligações dos partidos foram criados índices, como, por exemplo, o Índice de Viés Ideológico (IVI) para avaliar a ideologia e o Índice de Governismo (IG) para avaliar a posição da coligação frente ao governo (Miguel e Machado, 2007; 2008). Krause (2005) entende que os resultados alcançados nas investigações sobre o tema das coligações eleitorais mostram perspectivas bastante diferentes e opções metodológicas diversificadas, que antes de serem excludentes, devem ser utilizadas como complementares. A maioria dos estudos que tratam das coligações em eleições municipais, por exemplo,

analisam as eleições entre os anos de 2000 e 2012 (Dantas, 2007; Miguel e Machado, 2008; Machado, 2007; Ribeiro, 2005).

Estes estudos limitaram-se a estes anos eleitorais devido à dificuldade na obtenção de dados para pleitos eleitorais anteriores, principalmente, pela ausência de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Contudo, estas análises variam quanto as suas metodologias e, em algum ponto, divergem em suas conclusões. Assim, Krause (2010) argumenta que existem ainda inúmeros novos caminhos a serem trilhados e muitos desafios teóricos e metodológicos a serem superados, sendo promissoras as possibilidades de estudos empíricos sobre as coligações eleitorais. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo contribuir com a discussão sobre coligações eleitorais, avaliando os recursos metodológicos utilizados nessa agenda de pesquisa e propondo novos recursos metodológicos, que venham a ser utilizados como recursos complementares. Pretende-se defender a técnica da análise do discurso, pois com essa metodologia alternativa é possível analisar os “discursos” dos líderes partidários nos meios de comunicação, nas convenções partidárias, em atas de reuniões e através de entrevistas abertas.

Com isso, para além da análise estatística dos dados, a utilização desses novos recursos metodológicos complementares permitem observar também as questões que levaram a formalização das coligações eleitorais na disputa dos pleitos eleitorais. O estudo das coligações eleitorais é um tema fértil e explorado na Ciência Política brasileira que se ocupa principalmente na análise do desenvolvimento dos partidos e do sistema partidário da nova democracia brasileira (Krause, 2005). Nesse sentido, as análises acerca das coligações eleitorais tem sido um objeto de grande interesse para a Ciência Política brasileira<sup>2</sup>. Desde a década de sessenta, foram realizados vários estudos sobre o fenômeno das coligações eleitorais no Brasil e os seus impactos sobre a forma e a dinâmica do sistema partidário.

Com o advento da nova democracia a preocupação com este objeto de estudo retorna a agenda de pesquisas. A partir da publicação da tese de Schmitt (1999) houve avanços nos estudos sobre as coligações eleitorais. Krause (2010) argumenta que existem ainda inúmeros novos caminhos a serem trilhados e muitos desafios

---

<sup>2</sup> Um excelente balanço sobre os estudos das coligações eleitorais na Ciência Política brasileira pode ser encontrado em Krause (2010).

teóricos e metodológicos a serem superados, sendo promissoras as possibilidades de estudos empíricos sobre as coligações eleitorais. É importante destacar que existe também uma lacuna nos estudos sobre coligações eleitorais em âmbito municipal, havendo a necessidade de novos estudos sobre o tema das coligações nos municípios, já que poucos dedicaram atenção a esfera municipal (Dantas, 2007; Machado, 2007; Miguel e Machado, 2008).

## **2. Coligações Eleitorais**

A ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais é uma das características marcantes da vida política brasileira. A formalização de coligações em eleições majoritárias municipais pode ser explicada pelo pensamento de Duverger (1980), quando este afirma que em sistemas majoritários de turno único existe a tendência de reprodução de disputas bipolares. Ou seja, de acordo com o autor, as eleições majoritárias de turno único tendem ao bipartidarismo ou à divisão bipolar.

No caso brasileiro, em média com aproximadamente 30 partidos disputando as eleições e com a permissão de realização de coligações eleitorais, é possível pressupor um incentivo institucional para a formação das alianças entre os partidos. Duverger (1980) indica a relevância dos partidos políticos modernos para a consolidação da democracia. No que diz respeito as coligações eleitorais, esse fenômeno é entendido de acordo com diferentes graus e formas. Algumas delas são de curta duração e desorganizadas, com vistas ao benefício eleitoral imediato, ou também podem ser duráveis e sólidas. As regras eleitorais também devem ser levadas em consideração, por representarem a influência mais importante sobre o cenário das coligações eleitorais, mesmo nas disputas majoritárias, em que ocorre a tendência bipolar do sistema partidário.

As coligações eleitorais constituem-se como um instrumento bastante utilizado nas eleições e de forma crescente. Kinzo (2004) observa que este mecanismo é parte fundamental na formulação de estratégias eleitorais no país. Além de serem mais significativas, as taxas de sucesso dos partidos que utilizam as coligações são um crescente fenômeno que acontece de modo inverso quando

considerados os índices de vitória em tentativas isoladas. Nesse sentido, as coligações eleitorais são compreendidas a partir do seu objetivo principal, ou seja, elas são realizadas com vistas a atingir a vitória eleitoral. A decisão dos partidos políticos em realizar coligações eleitorais significa uma procura norteada em cálculos realizados com a intenção de compreender o quanto determinada aliança representa para uma ou mais legendas. O pensamento de Kinzo (2004) reforça esse argumento, segundo a autora não existe um modelo específico de partido político que busque coligar-se ao afirmar que “as estratégias eleitorais são construídas de forma a obter o melhor resultado no contexto institucional em que os partidos operam. A formação de alianças constitui, pois, a melhor estratégia tanto para os grandes como para os pequenos partidos” (Kinzo, 2004). Analisar as coligações eleitorais significa compreender em partes o funcionamento do sistema partidário brasileiro. Nesse sentido, os resultados de pesquisas sobre o tema fortalecem a tese do uso das coligações como estratégia dos pequenos partidos em busca de espaço próximo aos principais partidos em cada estado (Figueiredo, 1994; Kinzo, 2004).

Na teoria que desenvolveu, Panebianco (2005) indica que os partidos políticos em países federativos possuem uma tendência à descentralização, com comportamentos e espaços diferentes em cada unidade. O autor compreende que algumas das características de um sistema partidário justificam a configuração do comportamento dos partidos políticos. As reflexões de Panebianco (2005) estipulam e redefinem as alianças com outras organizações como ações comuns entre as legendas partidárias. Os partidos políticos sofrem impactos no decorrer do tempo por uma série de elementos, como o ambiente em que atuam e as regras eleitorais. É importante destacar que Panebianco (2005) chama a atenção para o Grau de Homogeneidade, que é a semelhança entre as unidades, a coerência e a sistematização em todo território nacional. A procura pela lógica das coligações passa, essencialmente, pelo comportamento das legendas partidárias. Daí surgem questões ligadas aos elementos levantados, ou seja, a semelhança, a coerência e a sistematização, e se estes teriam capacidades para explicar a lógica das alianças entre os partidos nos acordos para a disputa de cargos nas eleições municipais brasileiras. Outro destaque a ser feito diz respeito aos estados federativos possuírem tendência a reproduzir organizações partidárias descentralizadas.

### **3. Coligações Em Eleições Municipais**

Muitas análises têm procurado identificar a recorrência do fenômeno das coligações nas disputas eleitorais brasileiras. Como já foi mencionado anteriormente, grande parte desses estudos dedicam-se a analisá-los em suas dimensões estadual ou federal. Em menor quantidade são os que analisam as coligações eleitorais em âmbito municipal (Lima Júnior, 1983; Machado, 2007; Dantas, 2007, 2008 e 2009; Peixoto, 2010; Miguel e Machado, 2010; Dantas e Praça, 2004, 2010 e 2012; Ribeiro, 2010). Com a legislação eleitoral brasileira incentivando a formação de alianças formais, principalmente como estratégia de aumentar as forças e maximizar os ganhos eleitorais, bem como reduzir o número de adversários na disputa, são crescentes o número de coligações realizadas com vistas às disputas nas eleições municipais. Vale destacar que nos municípios de médio e grande porte, os incentivos para a realização de alianças eleitorais são ainda maiores.

A análise das coligações eleitorais nos municípios proporciona ricos instrumentos para o estudo do impacto do poder executivo no sistema partidário brasileiro. No que diz respeito ao amadurecimento do sistema partidário são apresentados vários elementos para o seu diagnóstico e é notório o debate sobre a sua fragilidade em decorrência da interferência do poder executivo no seu desenvolvimento (Krause, 2010).

Lima Júnior (1983) foi um dos primeiros a estudar os subsistemas partidários estaduais no Brasil e mostra que nos regimes federativos as coligações nacionais não se repetem nas dinâmicas locais, com os estados apresentando lógicas diversificadas para as definições das estratégias dos partidos políticos nas disputas para os executivos municipais. O autor ainda chama atenção para o fato de as coligações eleitorais terem se tornado um instrumento importante para a conquista do sucesso eleitoral na esfera federal, mas que sua potencialidade não é reproduzida do mesmo modo na lógica estadual. Lima Júnior (1983) enfatiza em sua investigação que existe uma lógica nas coligações pautada em uma racionalidade política contextual, em que as legendas estabelecem alianças orientadas pela dinâmica da disputa partidária local. Nesse sentido, as conclusões do autor mostram que em

regimes federativos as coligações nacionais não costumam ser reproduzidas nas esferas locais, pois cada estado apresenta questões ligadas a ordem regional para a escolha das estratégias dos partidos políticos nas eleições municipais. Assim, a tese clássica do autor parece adequada para a compreensão do desenvolvimento e funcionamento das coligações eleitorais na disputa dos executivos municipais na nova democracia brasileira.

Não obstante a grande produção acadêmica sobre as coligações eleitorais no nível nacional, o estudo das coligações nos sistemas municipais permanece ainda pouco explorados. Um dos trabalhos de grande importância que analisou o tema foi, sem dúvida, o desenvolvido por Miguel e Machado (2007), na qual os autores focalizaram as coligações elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2000 e 2004. Os autores mostram que as alianças petistas “se deslocaram sensivelmente para a direita” entre uma disputa eleitoral e outra. Além disso, “quanto mais o PT se flexibilizou para constituir coligações das mais abrangentes possíveis, melhores foram os seus resultados”. Contudo, os autores fazem uma ressalta, de que o PT “ainda se apresenta como o único partido de grandes proporções que se diferencia na forma como encara a disputa política. Sua taxa de coligação está entre as menores, caracterizando um comportamento desviante à regra para os partidos políticos brasileiros” (Miguel e Machado, 2007:786). Os autores ao utilizar como universo todos os municípios do país, indicaram a existência de uma alta correlação entre o tamanho do município e duas dimensões de classificação das alianças petistas. No aspecto ideológico, nos dois pleitos analisados as coligações do PT possuíam uma tendência à esquerda quanto maior era o município. Já no aspecto governativo, quanto maior o tamanho da cidade, mais as coligações petistas privilegiaram, em 2000, as legendas de oposição ao governo FHC; e em 2004, a correlação positiva ocorreu em relação as legendas da base aliada do governo Lula no Congresso.

Dantas (2007) preocupou-se com as alianças nas eleições majoritárias municipais, investigando a lógica do alinhamento dos partidos políticos dessas coligações. O autor mostra indícios de que o ordenamento estadual dos partidos é mais forte que os elementos ligados à ordem federal. Segundo Dantas (2007), as questões locais possuem maior destaque, indicando a existência de uma força

centrífuga nas alianças entre os partidos que não possibilitam o controle rígido por parte de organismos partidários federais acerca das realidades municipais. Ou seja, nos regimes federativos as alianças nacionais não costumam se repetir nas esferas locais. Esse fenômeno causa dificuldade na verificação da centralização dos partidos políticos. O autor verifica essa questão e percebe que cada estado possui questões de ordem locais para a definição da estratégia eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais. Os dados de Dantas (2007) indicam contrastes entre os estados e entre as eleições, asseverando que as alianças municipais alteram-se de acordo com as considerações de Duverger (1980). Essas distinções originam 26 lógicas diferentes sustentadas na força do governador e seus aliados, que possui como principal adversário, um partido político ou um bloco de legendas.

Machado (2007) também preocupa-se com as alianças nas eleições majoritárias municipais, analisando a consistência ideológica dessas coligações. O autor utiliza dados das eleições municipais brasileiras de 2000 e 2004 e afirma que a ausência de barreiras na definição das identidades dos partidos políticos mostra somente a inexperiência destas legendas ao se apresentarem na busca de seus objetivos. Essa afirmação nos faz refletir sobre o contexto dos pleitos eleitorais, em que “talvez a disputa entre as elites políticas não resida em fatores ideológicos ou de conjuntura quanto ao governo federal, ou mesmo sobre diferenças quanto a práticas políticas, mas com relação à alocação de espaços de influência” (Machado, 2007: 236). O estudo do autor indica que “entre os partidos analisados apenas o PT em 2000 se apresentou com uma posição ideológica diferenciada, enquanto em 2004 a questão ideológica se dissolveu a ponto de não ser possível perceber graus diferentes entre os demais partidos abordados” (Machado, 2007: 233). As conclusões de seu trabalho sugerem que existe uma pouca importância por parte dos partidos políticos com relação aos posicionamentos ideológicos diferenciados que foram identificados em sua análise. O autor indica que não foram somente as barreiras ideológicas que se tornaram muito fluídas, mas também tornaram-se fluídas as relações com as ações governamentais. Ainda de acordo com Machado (2007) é bastante preocupante a ausência de identidades do ponto de vista da criação de condições democráticas para o sistema político.

A verificação dos perfis e tendências nas coligações em eleições municipais pode ser justificada pela extrema complexidade do cenário a ser analisado. Com o desafio de compreender essa lógica de alinhamento, Peixoto (2010) apresenta e faz uma discussão sobre a configuração das disputas eleitorais nos municípios e a relação entre as legendas. Para tanto, são utilizados dados das eleições municipais realizadas entre os anos de 2000 e 2008, nos 5.556 municípios brasileiros. Segundo o autor, uma forte sequência na expansão das legendas partidárias pode ser um aspecto fundamental para a explicação do fenômeno da fragmentação de parcerias nas disputas municipais. Este fato acontece quando os partidos políticos, ao expandirem suas bases organizacionais, disputam em um maior número de municípios e muitas das vezes são empurrados para realizar coligações com outros partidos que são adversários no âmbito nacional. Segundo Peixoto (2010), o sistema eleitoral brasileiro funciona da seguinte forma: ele estabelece restrições institucionais para a entrada de novos atores políticos na competição eleitoral e, ao mesmo tempo, também determina incentivos que vão numa direção inversa, criando cláusulas de barreiras fortes que impedem e trazem muitas dificuldades para os partidos políticos alcançarem o poder.

É possível notar ao longo do desenvolvimento dos estudos acerca das alianças eleitorais nos municípios brasileiros, que vários deles mantêm uma atenção especial ao Partido dos Trabalhadores (PT). Uma dessas investigações é a de Ribeiro (2010), que realiza uma análise do desenvolvimento das alianças feitas para as disputas municipais, focando apenas nos maiores municípios brasileiros, nos anos de 1996 a 2008. O grupo de municípios corresponde as 26 capitais estaduais e as 53 cidades com mais de 200 mil eleitores, em que existe a possibilidade de realização de segundo turno nas eleições. Esse conjunto de municípios representa aproximadamente 36% do eleitorado nacional, ou seja, cerca de 47 milhões de eleitores. O foco do autor indica para um processo de “relaxamento” e descentralização do Partido dos Trabalhadores (PT), ao abrir-se para alianças pragmáticas principalmente as realizadas na dinâmica local. A lógica das coligações municipais aponta para uma crescente tendência de aproximação ao governo central, ou seja, o governismo. Nesse sentido, com a chegada de Lula à Presidência

da República, houve uma mudança na dimensão governativa com a forte inclinação para o centro no eixo das coligações realizadas nos municípios.

É preciso enfatizar também os poucos estudos que possuem como objetivo compreender a lógica do alinhamento nas coligações de alguns partidos políticos considerados pequenos. Legendas partidárias estas que muitas vezes são descartadas nas análises das coligações majoritárias municipais brasileiras, uma vez que parte expressivas delas possuem relevância próxima de zero no cenário político nacional. Com o propósito de preencher essa lacuna nesses estudos, Dantas e Praça (2010) fazem um exercício sobre o comportamento coligacionista dos pequenos partidos brasileiros. O objetivo dos autores é realizar uma análise do posicionamento ideológico dos pequenos partidos com base nas coligações eleitorais realizadas nas eleições entre 2000 e 2008 na disputa às prefeituras municipais de todo o país. O estudo tem como intenção analisar se a classificação ideológica proposta por Figueiredo e Limongi (1995), com base no comportamento dos partidos políticos no Legislativo nacional, possui reflexo no comportamento eleitoral dos pequenos partidos políticos, tanto do espectro ideológico de esquerda, quanto de direita. Assim, os autores fazem uma proposta de um caminho alternativo para a compreensão do procedimento ideológico destes partidos políticos baseando-se na evolução da busca de acordos em eleições para os executivos municipais. Com isso, o objetivo de Dantas e Praça (2010) é contribuir com a discussão da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros utilizando como instrumento as coligações eleitorais em eleições para os executivos municipais.

Seguindo o movimento que mantém atenção e foco sobre o desenvolvimento das estratégias do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo dos últimos anos nas eleições brasileiras, Miguel e Machado (2010) analisam a lógica das alianças realizadas pelo PT nas eleições para os executivos municipais. Os autores indicam uma alteração no comportamento do partido e comprovam essa mudança de estratégia principalmente pela posição do partido estar no comando do governo federal. As coligações realizadas pelo Partido dos Trabalhadores mostram a complexidade de sua estratégia. O partido ao ignorar os incentivos que as leis eleitorais oferecem para a formação de coligações simplesmente perde as chances

de vitória. Os dados apresentados e discutidos por Miguel e Machado (2010) mostram que, quando o PT tornou-se flexível para realizar as coligações abrangendo o maior número de partidos possíveis, melhor foi o seu desempenho. É importante mencionar que, de acordo com dados dos autores, a taxa de coligação do Partido dos Trabalhadores é uma das menores, o que caracteriza um comportamento diferente dos demais partidos políticos brasileiros.

#### **4. Metodologia No Estudo Das Coligações Eleitorais Majoritárias: O Caso Das Eleições Municipais No Estado De Goiás (1988 – 2012)**

Nessa última sessão será apresentada algumas considerações acerca de um estudo de caso, ou seja, a análise das eleições municipais ocorridas no estado de Goiás no período compreendido como nova democracia brasileira. Para esta investigação, inicialmente, foi realizado um levantamento de todo o universo de coligações eleitorais realizadas para as eleições municipais em Goiás no período compreendido entre 1988 e 2012, recorte que contempla integralmente os governos estaduais dos seguintes governadores: Henrique Santillo (PMDB), Iris Rezende (PMDB), Maguito Vilella (PMDB), Marconi Perillo (PSDB), Marconi Perillo (PSDB), Alcides Rodrigues (PP) e Marconi Perillo (PSDB). Foi escolhido esse período para análise porque a partir de 1986 as coligações eleitorais voltaram a ser utilizadas nas eleições brasileiras. Outro motivo pelo qual foi escolhido esse período é para esclarecer algumas comparações, ressaltando diferenças e similaridades acerca das estratégias coligacionistas dos partidos políticos nos pleitos municipais durante os governos estaduais do PMDB e PSDB/PP. Ou seja, pretende-se verificar de que maneira será o comportamento dos partidos que se aliavam tradicionalmente ao PMDB, identificando, se as alianças até então estabelecidas, se mantêm ou se alteram ao longo das eleições e verificar também em que medida o PSDB possui, ou não, uma estratégia de alianças distinta do PMDB.

O levantamento inicial que foi feito reúne o total de coligações realizadas nas eleições municipais em Goiás no período 1988-2012, esse total corresponde 3933 casos de candidaturas. Observando os dados percebe-se que existe um predomínio das coligações em torno dos partidos considerados como situação diante do governo

estadual nos três primeiros anos analisados, 725 de um total de 1287 candidaturas, o que corresponde a cerca de 53,4% do total de candidaturas nas eleições de 1988, 1992 e 1996. Em seguida, nas eleições de 2000 até 2012 as coligações envolvendo partidos tanto de situação, quanto de oposição ao governo estadual predominam, somaram 1495 coligações, o equivalente a pouco mais de 95%. A partir destes dados e com a intenção de utilizar novos recursos metodológicos que complementem os já utilizados nesta agenda de pesquisas, pretende-se utilizar a técnica da análise do discurso. Com essa metodologia alternativa será possível analisar os “discursos” das lideranças nos meios de comunicação e através de entrevistas abertas. A intenção de realizar entrevistas abertas estabelecendo como foco assuntos pontuais se traduz na necessidade de analisar aspectos do cenário político regional que não foram amplamente abordados pelos meios de comunicação na época. Uma das alternativas que será realizada também nesta investigação é a aplicação de questionários com questões qualitativas com o objetivo de compreender aspectos que levaram a formalização das alianças eleitorais, levando em consideração a influência do partido do governador. Com isso, o uso da metodologia qualitativa pretende, para além da análise estatística dos dados, observar também as questões que levaram a formalização das coligações e identificar de que modo o partido do governador foi importante para a realização de determinadas alianças. Pois, cada tipo de coligação possui a sua especificidade e aspectos que foram levados em consideração no momento da formalização da aliança.

Para ilustrar, a mobilização em torno das questões locais é uma característica das nações federativas, que reproduzem organizações partidárias descentralizadas. Essas reflexões indicam alinhamentos distintos em cada unidade da federação. No entanto, a organização da política nos estados ocorre pautada nas relações entre dois grupos: o que governa o estado e o que lhe faz oposição. Assim, o partido do governador e as legendas partidárias que fazem parte da coalizão de governo compõem o que chamamos de situação. E os partidos políticos que não são pertencentes a base aliada do governo estadual, ou seja, os que não ocupam cargos e não comandam secretarias de governo correspondem as legendas de oposição ao governo do estado. Assim, para o presente estudo de caso, optou-se por fazer uma amostra do universo de coligações, seguido da realização de um procedimento de

estratificação desta amostra, com vistas a obter uma amostra fiel para cada tipo de coligação eleitoral que será analisada, ou seja, as coligações com partidos de situação; com partidos que realizaram coligações com legendas de oposição; e os casos que dizem respeito as coligações com partidos de ambos os blocos.

Após o cálculo da amostra do universo de coligações, foram construídas amostras estratificadas que geraram resultados mais precisos. Assim, com a finalidade de estudar toda a população, será selecionado 350 casos desse universo, de forma aleatória, para o estudo utilizando a metodologia qualitativa, conforme representado a seguir.

**Tabela 1.** Amostra estratificada das coligações eleitorais para análise qualitativa

Ano/Eleição	Situação	Oposição	Ambos	Total
1988	19	17	1	37
1992	24	11	3	38
1996	21	15	4	40
2000	16	18	24	58
2004	24	7	30	61
2008	6	14	36	56
2012	8	10	42	60
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>92</b>	<b>139</b>	<b>350</b>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

Determinado o tamanho das amostras o passo seguinte é realizar a aplicação dos questionários para construção do banco de dados da pesquisa qualitativa. Antes, porém, é importante fazer o processo de amostragem através da escolha aleatória das observações. Tal procedimento pode ser feito com o auxílio do programa *Microsoft Excel 2013*. Primeiro, deve ser feita a numeração de todas as coligações eleitorais de cada uma das amostras separadamente. Em seguida, deve ser solicitado ao programa que faça a seleção das observações aleatoriamente com base no tamanho de cada uma das amostras. Feito isso, é possível construir o banco de dados

com informações sobre aspectos que levaram a formalização das coligações que serão analisadas com base na metodologia qualitativa.

Os pontos centrais de um banco de dados devem conter os aspectos que foram levantados ao longo do projeto, principalmente, no estabelecimento de correlação de informações municipais com as questões de ordem estadual – ou seja, a eleição para governador. Esse é um ponto importante para verificar a lógica existente nas alianças municipais e o que foi levado em consideração acerca da formalização de determinadas coligações eleitorais. Além disso, devem ser realizados também alguns exercícios estatísticos sofisticados com a intenção de utilizá-los como auxílio na compreensão sobre o que efetivamente foi impactado nas realidades municipais: se questões pautadas na ordem local ou estadual.

Por fim, como metodologia alternativa, também é recomendado e será realizada uma análise espacial das coligações eleitorais no estado de Goiás a partir da construção de mapas dessas alianças através do geoprocessamento dos dados. Esse procedimento será executado pelo sistema de informações geográficas do software *Terraview*. Tendo em vista a importância do conhecimento e a distribuição das coligações nas eleições municipais no estado de Goiás, será realizada a organização e espacialização dos dados agregados neste programa, com o objetivo de facilitar a visualização das informações acerca do universo das coligações eleitorais realizadas.

## Referências

DANTAS, Humberto (2007). “Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004”. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP.

\_\_\_\_\_ (2008). Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo? In: *32º Encontro da ANPOCS*. Caxambu.

\_\_\_\_\_ (2009). Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. *Revista Liberdade e Cidadania* – Ano II, n. 6, out./dez..

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio (2010). Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas eleições municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações*

*Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

DUVERGER, Maurice (1980). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar/UnB.

FIGUEIREDO, Marcus (2004). A lei de ferro na competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos Conjuntura*, n. 50, p. 3 – 14, Rio de Janeiro: IUPERJ, jul.

KINZO, Maria Dalva Gil (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, São Paulo, fev.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva (2000). *Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para o Executivo municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás*. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.) (2005). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp, 2005.

\_\_\_\_\_ (2006). *Politische Partizipation und Repräsentation in Brasilien: Eine Fallstudie zur Konsolidierung der neuen Demokratien in Lateinamerika*. Tese de doutorado em Ciência Política, Eichstätt: Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt – KUE-I.

\_\_\_\_\_ (2007). The consequences for democracy of a weak party system: party defections in Brazil. In: MATLOSA, Khabele; SHALE, Victor. *The Impact of Floor Crossing on Party Systems and Representative Democracy*. Konrad Adenauer Stiftung. Seminar Report 19. Joannesburg. 19-27.

\_\_\_\_\_ (2008). Governadores na "era PMDB" em Goiás (1982-1998): um caso de "hiperpresidencialismo" regional? In: FERREIRA, Denise Paiva; BEZERRA, Heloisa Dias (Org.). *Panorama da Política em Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, v., p. 43-86.

\_\_\_\_\_ (2010). Coligações: o estado e desafio das artes. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Org.) (2010). *Coligações Partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1983). *Os partidos políticos brasileiros. A experiência regional e federal 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

\_\_\_\_\_ (1991). *Sistema Eleitoral Brasileiro* – teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo / IUPER.

MACHADO, Carlos A (2007). M. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luís Felipe; MACHADO, Carlos A. M (2007). Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, n. 4, p. 757-793, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ (2010). De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto, MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

PANEBIANCO, Ângelo (2005). *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PEIXOTO, Vitor (2010). Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

RIBEIRO, Pedro Floriano (2010). Velhos e novos comportamentos: coligações eleitorais nos municípios do G-79. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

SCHMITT, Rogério (1999). *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ.

SOARES, Gláucio (1964). Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17.